

Tribunal de Contas do Estado da Paraíba



PROCESSO TC nº 18.720/19

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente da Paraíba Previdência, *Sr. Yuri Simpson Lobato*, concedendo aposentadoria voluntária com proventos integrais a *Sra. Mary Sueli Jacob de Menezes*, matrícula nº 95.577-9, Agente Adinistrativo, lotada na Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia, que contava, à época, com 33 anos, 06 meses e 05 dias de tempo de contribuição e idade de 52 anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPjTCE.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho
Conselheiro - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a 1ª Câmara do Egrégio Tribunal de Contas do Estado da Paraíba julgue legal o ato concessivo [Portaria – A – Nº 1853] e conceda-lhe o competente registro.

É o voto!

Antônio Gomes Vieira Filho
Conselheiro - Relator



Tribunal de Contas do Estado da Paraíba



Processo TC nº 18.720/19

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): Mary Sueli Jacob de Menezes

Órgão: Paraíba Previdência

Gestor Responsável: Yuri Simpson Lobato

Procurador/Patrono: Não Há

Aposentadoria voluntária com proventos integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC nº 01.040 /202

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Processo TC nº 18.720/19, referente aposentadoria voluntária com proventos integrais a *Sra. Mary Sueli Jacob de Menezes*, matrícula nº 95.577-9, Agente Adinistrativo, lotada na Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia, acordam os Conselheiros integrantes da *Iª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA*, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em CONCEDER REGISTRO ao referido ato aposentatório [Portaria – A – Nº 1853], tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 19 de agosto de 2021.

Assinado 19 de Agosto de 2021 às 12:32



Cons. Antônio Nominando Diniz Filho PRESIDENTE

Assinado 19 de Agosto de 2021 às 12:04



Cons. Antonio Gomes Vieira Filho RELATOR

Assinado 20 de Agosto de 2021 às 06:34



Elvira Samara Pereira de Oliveira MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO